

O domínio de Ulysses contestado

Eleição de Covas e poder dos governadores podem dividir PMDB

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Pode-se acrescentar à restrita relação dos que têm o privilégio de conviver com Ulysses, o senador Fernando Henrique Cardoso, os deputados Fernando Gasparian, Egídio Ferreira Lima e Heráclito Fortes — além do senador Severo Gomes, um interlocutor não tão constante.

Em outros tempos, o deputado Carlos Sant'Anna também era visto freqüentemente no círculo fechado de Ulysses. Sua indicação para líder do Governo valeu-lhe o afastamento do presidente do PMDB.

Essa liderança pessoal e incontestável de Ulysses dentro do PMDB irrita os que não se habituaram com esse estilo, apesar de uma veterana convivência com ele. E o caso do deputado Francisco Pinto, autor de um amargo discurso de crítica ao comportamento autoritário do presidente do partido, na reunião da Executiva Nacional, quarta-feira passada.

Francisco Pinto afirmou, então, que todos os membros da Executiva Nacional eram assassinados pelo presidente do PMDB quando este tomava decisões em "petit comité", através de encontros com um círculo de intimos em sua residência. A executiva cabia apenas o papel de homologar essas decisões adotadas em círculo restrito.

Depois desse incidente, Francisco Pinto afirma que a Executiva perdeu seu papel de órgão político, esmagada pela centralização das decisões partidárias em Ulysses.

Chico Pinto sustenta que, como tem um estilo autoritário, Ulysses hierarquiza muito as suas relações. Daí porque os personagens que freqüentam sua casa podem mudar, de tempos em tempos, acompanhando as mudanças que se processam no topo da pirâmide partidária. Assim, ele já percebeu a influência do veterano Amaral Peixoto, como ouvia muito em certos tempos, o senador Afonso Camargo, quando este ocupava a secretaria geral.

Em certas ocasiões, Ulysses gosta de conversar com aqueles políticos que cultivam o gosto pela especulação, pelas refletidas projeções analíticas — como é o caso do pernambucano Egídio Ferreira Lima, misto de político e intelectual, freqüentemente apontado como um dos ideólogos do PMDB.

O novo pólo de aglutinação dentro do PMDB é, sem dúvida, o senador Mário Covas, cuja surpreendente vitória sobre o deputado Luiz Henrique, candidato de Ulysses e seus amigos, causou perplexidade

em alguns núcleos de poder partidário.

Covas poderá aumentar esse grau de influência e poder, mantê-lo ou perdê-lo, na análise de alguns parlamentares que acompanham atentamente a movimentação do PMDB. Neste momento, ele sofre desgastes provocados pela sua atuação nas indicações dos representantes partidários às comissões técnicas. Qualquer um outro enfrentaria o mesmo problema.

Mesmo desgastado, o líder do Governo, Sant'Anna conseguiu iniciar um inventário das forças que poderão, eventualmente, se aliar ao PFL e ao Governo, principalmente em matérias ideologicamente controversas. O líder do Governo é outro que tenta dividir o poder de Ulysses tem se utilizado, para isso, de um novo pólo de um novo pólo de poder no partido, os coordenadores de bancadas, dos quais também se aproxima o líder na Câmara, Luiz Henrique.

Esses coordenadores de bancadas são o núcleo menos ideológico do Partido — talvez o mais realista, o mais fisiológico. Sofrem pesada influência dos governadores, dos quais o Palácio do Planalto procurou se aproximar mais intimamente, explorando a coincidência de interesses práticos entre o Governo Federal e os governos estaduais sobretudo em matéria financeira.

Dentre os governadores, influem nas decisões do PMDB Orestes Quêrcia, de São Paulo, Newton Cardoso, de Minas Gerais, Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldir Pires, da Bahia, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul e Moreira Franco, do Rio de Janeiro, principalmente.

São os chamados "peso pesados". Agora os governadores, não se pode desconhecer a influência que detêm, em algumas áreas do partido, o ex-governador e senador José Richa, que desempenhou papel decisivo na articulação da candidatura do senador Mário Covas, ao lado do deputado pernambucano Fernando Lyra, cuja influência é sempre perturbadora, como o admitem muitos líderes. Considerado um político de grande intuição, que se aproveita magistralmente das oportunidades, acompanhando o processo político com competência e rara sensibilidade, Lyra também compõe o pequeno exército que pode dividir o poder de Ulysses.

EU
ainda
TENHO
A
FORÇA
cof! cof!



Sarney abençoa união entre PMDB e Funaro

O inesperado casamento entre o PMDB e o ministro Dilson Funaro, celebrado na última semana, possui um padrinho com nome e sobrenome poderosos: presidente José Sarney. "Funaro é do PMDB e, se ele deixar o Ministério da Fazenda, eu coloco um nome meu no lugar dele", procurou Sarney, com sucesso, atrair a noiva nos braços do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, no final de março.

atual ministro da Fazenda, e não deixa de reconhecer que as bodas chegaram no momento em que a cabeça da noiva estava a prêmio: Funaro está ameaçado porque é a favor da moratória.

para apoiar Funaro e a moratória e no qual chega a cumprimentar o ministro pela "coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida", mas não registra o nome disso: "moratória". O fenômeno se repete em dois outros momentos do documento.

VERGONHA

A moratória é uma bandeira histórica do PMDB, que sempre freqüentou os documentos formais do partido de uma maneira explícita, claramente, mas que passou a ocultar-se nelas desde que o partido chegou ao poder em março de 1985, sob expressões implícitas. Um exemplo do novo tratamento da moratória está no documento "Compromisso é com Mudanças", que o partido editou em março do ano passado com as sugestões para um programa mínimo.

No documento, o PMDB pede ao governo seis "providências necessárias à salvaguarda dos interesses nacionais" na dívida externa. O terceiro ponto recomenda a "limitação dos pagamentos do serviço da dívida a uma porcentagem do valor das nossas exportações, considerada compatível com o desenvolvimento econômico e social do País". Não pode a limitação significar uma moratória de fato?

Mais tarde, em agosto, o partido voltou a cercar a moratória numa forma implícita, quando realizou o congresso para retirar subsídios do PMDB à Constituinte. As conclusões incluem cinco pontos sobre a dívida externa, entre eles dois que pedem "estabelecimento de salvaguardas que protejam nossa capacidade de pagamento diante de variáveis que fogem do controle da política econômica brasileira" e "limitação de transferência de recursos a uma porcentagem do PIB ou das exportações".

Enfim, há precisos cinco dias, a direção do PMDB editou mais um documento

DIVORCIO

A moratória, porém, é o pretexto para o casamento de interesse entre noivos e padrinho. Sabe o PMDB que se Funaro cair agora, o sucessor não virá do partido, pelo contrário, Sarney, por sua vez, compromete o partido com o ministro e a política econômica. Funaro ganha a sua sobrevivência e o partido.

"Mas a gente nunca dá um cheque em branco", adverte o senador paraense Afonso Camargo — o casamento pode acabar em divórcio se a noiva não corresponder aos compromissos que assumiu com o partido na última quinta-feira, durante a reunião com a bancada peemedebista que consumou a nova união.

Uma união na qual Sarney se empenhou exatamente porque se sentiu sem condições políticas para retirar Funaro e colocar em seu lugar um nome conservador que o PMDB poderia fulminar. Agora, se o casamento não der certo ou a política econômica fracassar, o problema é dos noivos e o padrinho se sentirá mais livre para colocar outro nome no Ministério da Fazenda.

Ministério vai mudar em plena Paixão

O presidente José Sarney está inclinado a iniciar a reformulação do seu ministério durante a Semana Santa, com a nomeação do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para o lugar do atual Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

Apesar de o próprio Presidente, há cerca de uma semana, ter, em tom de desabafo, garantido que não realizará modificações no ministério em função de pressões, os governadores nordestinos do PMDB dispõem da informação de que o vice do governador Miguel Arraes deverá ser indicado para o cargo no máximo até a próxima sexta-feira, dia 17.

A indicação de Carlos Wilson, segundo garantiu ontem um governador nordestino do PMDB, é um fato praticamente irreversível, que conta com o apoio unânime dos governadores da região. Para este governador, no entanto, a saída de Costa Couto não representa uma condenação à política do Governo para o Nordeste.

Em sua avaliação, apesar de suas relações superficiais com o governador pernambucano, por sua liderança, tem todo o direito de reivindicar o Ministério do Interior para Carlos Wilson.

Ainda na ótica desse governador, ao presidente José Sarney cabe nomear não só o vice de Arraes como modificar o ministério em

decorrência da esmagadora vitória do PMDB nas eleições do ano passado, que determinou uma profunda reformulação da correlação de forças no âmbito da Aliança Democrática.

Quanto à hipótese de o Presidente mudar profundamente o primeiro escalão do Governo, o governador observou que de nada adiantará mexer em ministérios políticos, econômicos e sociais sem tomar medidas energéticas em relação a sua política econômica.

Para o governador do PMDB, o Governo tem, apenas, duas alternativas nessa área: estabelecer, definitivamente, uma diretriz econômica a ser rigidamente observada, independentemente da necessidade de se adotar medidas antipopulares, ou demitir o ministro Dilson Funaro.

Particularmente, contudo, o governador entende que o presidente José Sarney deveria dispensar o ministro da Fazenda em virtude da crise econômica resultante dos desacertos por ele propiciados.

Na opinião do governador, se o Presidente tomar essa atitude, colherá, de imediato, benefícios políticos, pois a sociedade dará imediatamente um crédito de confiança ao Governo, viabilizando assim um período de desafogo a Sarney para fixar rumos econômicos definitivos para o País.

Acordo de Covas com PFL isola Sant'Anna

O líder do Governo, Carlos Sant'Anna, sofreu sério desgaste esta semana, ao falhar na tentativa de derrotar, com os votos dos moderados e dos pefelistas, os relatores indicados pelo líder do PMDB, Mário Covas, para as comissões da Constituinte. A manobra o levou a atritos com Covas e não teve o esperado apoio do líder do PFL, José Lourenço, que preferiu o acordo com o senador peemedebista.

O deputado Carlos Sant'Anna realmente renunciou à liderança do Governo na Câmara, em conversa com o presidente José Sarney, 4ª feira à noite, alegando que não tinha mais condições de continuar no cargo, uma vez que o líder do PFL, deputado José Lourenço, havia rompido um entendimento que uniria pefelistas e moderados do PMDB contra designações feitas pelo líder Mário Covas para diferentes comissões da Assembléia Constituinte.

O presidente José Sarney fez um veemente apelo ao parlamentar baiano para que não o abandonasse num momento de tantas dificuldades. Em nova conversa que manteve anteriormente com o Presidente, Sant'Anna recuou da decisão de se afastar. Sarney prometeu que conversaria com Lourenço para que ambos restaurassem um ambiente de entendimento indispensável agora que a Constituinte inicia a elaboração da nova Carta Constitucional.

— No PMDB, há apenas peemedebistas. Não distinguo alas dentro do partido. Há os mais aguerridos, os progressistas, os mais conservadores. Com as escolhas não se pretende marginalizar ninguém, muito menos o líder do Governo.

Sobre as afirmações de Sant'Anna de que não havia diálogo com Covas, o líder da Constituinte disse que isso não significava nenhuma desconsideração em especial:

— Talvez eu pudesse oferecer mais tempo. Mas é um instante complicado. Em meu discurso perante a bancada, disse que a definição do líder da Constituinte deveria ter ocorrido no dia 6 de fevereiro, porque sabia que quem fosse escolhido correria muito contra o tempo — acrescentou, para afirmar que não pôde dar mais tempo a Sant'Anna nem a outros companheiros e à imprensa.

ACORDO

Sant'Anna e Lourenço haviam concluído um acordo pelo qual moderados e parlamentares do PFL se uniriam para eleger políticos identificados ideologicamente com os setores mais conservadores.

Meticuloso levantamento por eles feito indicou que pefelistas e moderados tinham a maioria das comissões — em algumas 19 de 34 integrantes, noutras 17, no mínimo 11.

Segundo o relato que Sant'Anna fez ao Presidente da República, o deputado José Lourenço utilizou junto a Mário Covas o acordo com os moderados de Sant'Anna no PMDB se Covas não lhe desse as presidências das comissões da Constituinte.

A impressão entre os políticos do PMDB que se situam na órbita de influência de Sarney é que a posição do líder do Governo é muito difícil. Sant'Anna, pela sua própria postura e estilo, não é um homem adequado para realizar trabalho que depende das simpatias pessoais de quem o realiza.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), disse ontem que as escolhas dos relatores das comissões temáticas "ficarão dentro do intervalo da resultante que se chama PMDB". Comentando as declarações do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (BA), de que o grupo moderado não foi consultado para as indicações, Covas afirmou:

Quêrcia já não age para definir mandato

Da Sucursal

São Paulo — A fixação do mandato do presidente José Sarney era, até o meio da semana, a principal preocupação do governador Orestes Quêrcia. Já na quinta-feira, esse era um tema irrelevante na opinião do governador de São Paulo, Quêrcia agora considera que a prioridade é que sejam adotadas medidas que deem mais estabilidade à economia dos estados.

Em poucos dias, Quêrcia percorreu uma curiosa trajetória. De colaborador do presidente Sarney transformou-se num potencial foco de pressões. Na próxima quarta-feira, ele se encontra em São Paulo com seus colegas Newton Cardoso e Moreira Franco

e, prevê, da reunião deverá sair uma posição de crítica à política econômica do Governo Federal.

Nos meios políticos de São Paulo, acredita-se que o governador pode estar insatisfeito com a demora no restabelecimento da cota de participação de São Paulo no ministério, reduzida com a saída de João Sayad. O governador não esconde que gostaria de ver o deputado federal Ralph Biasi no Ministério da Indústria e Comércio.

Quêrcia considera-se credor de Sarney. Além do apoio político, já encaminhou um projeto à Assembléia Legislativa propondo o fim do galitão salarial para os funcionários públicos, um precedente que poderá ser usado por Sarney, se aprovado.